Cooperação jurídica internacional em matéria penal

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O quadro legal

O Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000 (MACMA, a lei de Singapura sobre cooperação jurídica em matéria penal) rege os pedidos de cooperação recebidos e enviados por Singapura. Seu objetivo é facilitar a prestação e a obtenção de assistência em matéria penal, o que inclui a colheita de provas, a localização de pessoas, a execução de buscas e apreensões, a restrição de operações com bens e a execução de ordens estrangeiras de confisco.[1] A assistência a um país estrangeiro exige que este seja um "prescribed foreign country" (país estrangeiro designado) com base em tratado ou acordo, ou que o Attorney-General emita uma instrução especial em um caso concreto. Essa via permite prestar assistência a países sem tratado, mediante compromisso de reciprocidade.[2] O Attorney-General atua como autoridade central. Entre os motivos de recusa estão os crimes políticos, o ne bis in idem, a ausência de dupla incriminação no caso de medidas coercitivas e o prejuízo à soberania ou a interesses essenciais de Singapura.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Singapura e Suíça

A Suíça e Singapura não têm tratado bilateral de cooperação jurídica em matéria penal. A cooperação se dá por meio das convenções multilaterais de que ambos são parte, em especial a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Do lado de Singapura, aplica-se a via da instrução especial prevista no MACMA. Do lado suíço, a Lei federal suíça sobre auxílio internacional em matéria penal (IRSG/IMAC) permite à Suíça prestar assistência a qualquer Estado sob condição de reciprocidade.[3] Na prática, os dois países cooperam bem em casos de fraude e lavagem de dinheiro. Os atritos surgem em dois pontos. Singapura exige dupla incriminação para medidas coercitivas e considera que alguns crimes fiscais suíços não preenchem esse requisito. A Suíça, por sua vez, garante à parte afetada o direito de ser ouvida e de recorrer contra a transmissão de provas, o que estende por muitos meses a execução suíça dos pedidos de Singapura.

Ambos os países também utilizam os canais de polícia para polícia e de UIF para UIF para obter informações de inteligência antes de qualquer pedido formal. O STRO e o MROS trocam informações por meio do Grupo de Egmont, enquanto a Singapore Police Force e a fedpol cooperam via Interpol. Em regra, as informações obtidas por esses canais não podem ser usadas como prova, mas indicam ao Estado requerente para onde direcionar o pedido formal. Em uma fraude com tokens que tenha vítimas em Singapura e um custodiante suíço, a sequência típica começa com um boletim de ocorrência em Singapura e um pedido do STRO ao MROS para obter informações sobre as contas. O custodiante suíço então bloqueia os ativos com base no art. 9a da Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA), por instrução do MROS. Segue-se um pedido formal com base no MACMA, transmitido pelo AGC ao Departamento Federal de Justiça suíço e executado pelo Ministério Público cantonal competente (ver Parte H, Capítulo VI).

Etapa	Lado de Singapura	Lado suíço
Inteligência	STRO (Egmont)	MROS (Egmont)
Contato policial	SPF Interpol NCB	fedpol Interpol NCB

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Etapa	Lado de Singapura	Lado suíço
Pedido formal	AGC International Affairs Division	Departamento Federal de Justiça (FOJ)
Base legal	Instrução especial do MACMA ou UNCAC/UNTOC	IMAC, UNCAC/UNTOC
Medida coercitiva	Ordem judicial com base na Parte 3 do MACMA	Ordem do Ministério Público cantonal com base no art. 63 da IMAC
Bloqueio de tokens	Restraint order do CDSA por via judicial	Apreensão com base no art. 263 do CPP suíço / art. 18 da IMAC
Meios de defesa da parte afetada	Limitados; sem recurso contra a transmissão	Recurso ao Tribunal Penal Federal (art. 80e da IMAC)
Duração típica	3–6 meses	6–18 meses

Cooperação entre reguladores

A Monetary Authority of Singapore (MAS) e a FINMA firmaram em 2016 um acordo de cooperação em fintech que prevê o encaminhamento recíproco de empresas inovadoras e o compartilhamento de informações. Ambas são signatárias do Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO, que lhes permite obter e compartilhar informações para fins de fiscalização do mercado de valores mobiliários.[4] Nos termos do art. 42 da Lei suíça de supervisão do mercado financeiro (FINMAG/FINMASA), a FINMA pode transmitir informações a autoridades de supervisão estrangeiras desde que sejam usadas exclusivamente para fins de supervisão, estejam sujeitas ao sigilo funcional e não sejam repassadas a autoridades penais sem consentimento prévio. A MAS dispõe de poderes correspondentes, com base no Securities and Futures Act (SFA) e no Financial Services and Markets Act, para prestar assistência a reguladores estrangeiros.[5] O canal entre reguladores é relevante para grupos com atuação na Suíça e em Singapura, porque um problema de licenciamento de um lado costuma chegar ao conhecimento do outro regulador em poucas semanas.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000, ss 2 e 3, Singapore Statutes Online (acesso em junho de 2026): definições e objetivo da lei, incluindo recuperação, perdimento, confisco e restrição de bens. ↩
2. Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000, ss 16 e 17, Singapore Statutes Online. ↩
3. Federal Act on International Mutual Assistance in Criminal Matters, de 20 de março de 1981 (IMAC; IRSG), SR 351.1, arts. 1, 8 e 63 ss. ↩
4. MAS e FINMA, Cooperation Agreement on fintech, de 12 de setembro de 2016; IOSCO Multilateral Memorandum of Understanding Concerning Consultation and Cooperation and the Exchange of Information (2002, conforme revisado). ↩
5. Financial Market Supervision Act, de 22 de junho de 2007 (FINMASA; FINMAG), SR 956.1, art. 42; Securities and Futures Act 2001, Part 9 Division 4 (assistência a autoridades reguladoras estrangeiras). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.